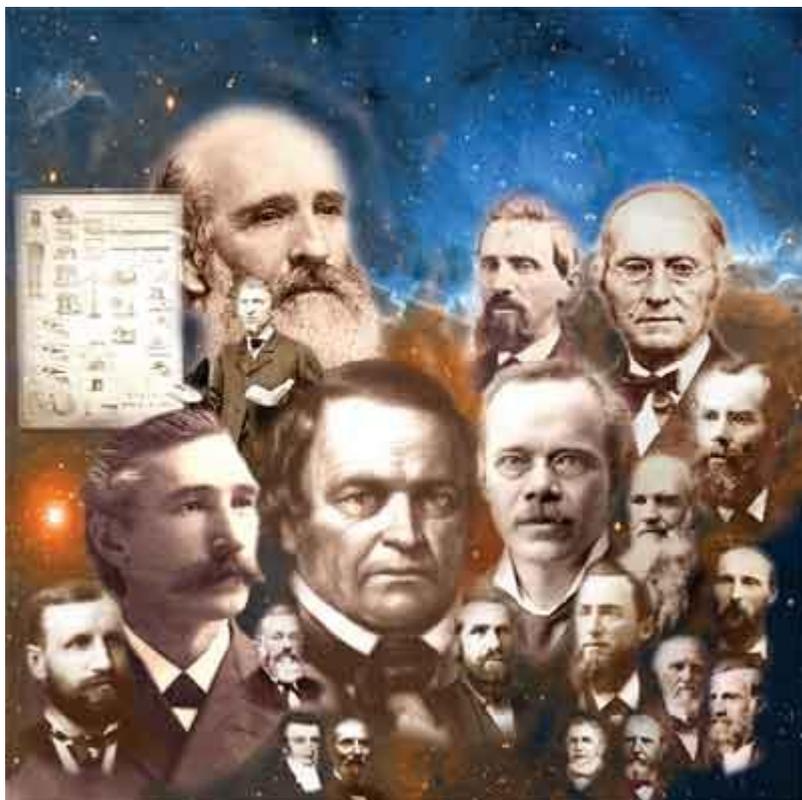


Biblioteca dos pioneiros

AS SETE CABEÇAS DE APOC. 12, 13 E 17 – URIAS SMITH



Caminho Estreito

2023

AS SETE CABEÇAS DE APOCALIPSE, 12, 13 E 17

Por URIAS SMITH

Ao defender a visão de que as sete cabeças do dragão de Apocalipse 12 e as bestas de Apocalipse 13 e 17 representam sete formas de governo que existiram no Império Romano, o escritor considera necessário lembrar ao leitor que ele não está tratando de novidades. Ele não está apresentando uma nova visão para atrair a curiosidade do leitor e para atender à excitação nem sempre saudável de seguir uma linha de pensamento porque é estranha. Mas o ponto de vista que será defendido neste artigo é aquele que tem caracterizado o movimento adventista desde o início, através da primeira, segunda e terceira mensagens, até o presente, e está apenas começando dentro de alguns anos a ser questionado.

Tampouco se pode dizer que a visão é peculiar aos adventistas em seu aspecto histórico – um esquema por eles elaborado para atender às suas visões peculiares de profecia – pois os estudiosos declararam antes do início do movimento adventista que Roma havia apresentado ao mundo, como uma característica única e maravilhosa da história, sete formas distintas de governo. Tudo o que os adventistas fizeram foi dizer, como a coisa mais natural do mundo, que se Roma tinha sete formas de governo, as sete cabeças do dragão, que era um símbolo de Roma, devem ser projetadas para representar esse fato.

Os antigos historiadores romanos, Lívio e Tácito, reconhecem as diferentes formas de governo em Roma, como sendo “chefes” da comunidade romana, e nomeiam expressamente essas quatro formas: Reis, Cônsules, Ditadores e Decênviros.

E um dos primeiros comentaristas protestantes, Osiander, já em 1511, nomeia os sete com os temos; a saber, Reis, Cônsules, Decênviros, Ditadores, Triúnviros, Imperadores e Papas, como as formas de governo romano representadas pelas sete cabeças do dragão de Apoc. 12, e as bestas de sete cabeças de Apoc. 13 e Apoc. 17. Os

As sete cabeças de Apocalipse 12, 13 e 17

Adventistas, sob a primeira mensagem, imediatamente adotaram essa visão.

Pode-se dizer que isso é ir muito longe para a luz e a instrução profética. Mas confiamos que não se presumirá que não houve estudiosos capazes de interpretar a história até a última década, ou que nenhuma das aplicações proféticas feitas pelos homens que viveram naquela época em que o selo foi quebrado de o livro, e aqueles que foram impelidos pelo Espírito de Deus ao estudo profético, tinham direito a qualquer respeito.

Mas a visão de que as sete cabeças do dragão de Apocalipse 12 representam sete formas de governo que foram desenvolvidas apenas no Império Romano é agora questionada: seja com boa razão ou não, é o propósito deste artigo tentar determinar. As novas visões que agora são apresentadas para tomar o lugar das antigas variam de acordo com cada expoente diferente, mas será necessário para notar apenas aqueles aos quais mais destaque foi dado. Mas antes que isso seja feito, algumas palavras devem ser oferecidas para mostrar o que o próprio dragão significa; pois, por estranho que pareça, também se nega que este seja um símbolo da Roma pagã. Sempre se pensou ser uma tarefa fácil demonstrar que o poder romano em sua primeira forma religiosa é o que está exposto sob o símbolo do grande dragão vermelho de Apocalipse 12. Os símbolos são aplicados de acordo com a posição em que eles são colocados e o trabalho que dizem realizar. No presente caso, o dragão certamente representa aquele governo humano que tentou destruir o Senhor Jesus quando ele veio a este mundo. E não pode haver dúvida de que esse poder era Roma. Mas o versículo 9 não diz que o grande dragão é a antiga serpente, o Diabo e Satanás? Mas não diz que o grande dragão vermelho, mencionado antes, era o Diabo e Satanás. Observe com que cuidado a profecia distingue entre esses dois símbolos.

Um é um grande dragão vermelho, com sete cabeças, dez chifres e uma cauda, que varre a terça parte das estrelas do céu de sua órbita

e as lança na terra. Certamente tal descrição não pode ser aplicada a Satanás como pessoa. Tal aplicação seria mais grotesca do que os burlescos de Satanás, nascidos nas mentes envenenadas e hostis de cétricos e escarneadores, onde ele é mostrado com um pé fendido, asas de morcego, chifres de gado e uma cauda pontiaguda. A outra é uma referência ao aliado pessoal de Satanás, e a explicação é imediatamente acrescentada, afirmando que por este dragão se entende Satanás. Quão especial é o anjo aqui para definir o termo dragão, para que nenhum erro seja cometido. Não há necessidade de confundir as duas descrições. O dragão pelo qual o diabo, pessoalmente, é representado, não é um “grande dragão vermelho”, não é um dragão com sete cabeças coroadas, nem um com dez chifres e uma cauda. Este dragão é um símbolo de Roma, enquanto a religião do império era pagã.

Em “*O Grande Conflito*” da Sra. Ellen G. White, pág. 138, encontramos o seguinte sobre este ponto: “Diz-se que o dragão é Satanás [Apocalipse 12:9]; foi ele quem moveu Herodes para matar o Salvador. Mas o principal agente de Satanás em guerrear contra Cristo e seu povo durante os primeiros séculos da era cristã foi o Império Romano, no qual o paganismo era a religião predominante. Assim, enquanto o dragão, principalmente, representa Satanás, é, em sentido secundário, um símbolo de Roma.” Esta é a única visão razoável e bíblica a ser tomada sobre este assunto.

E como podemos saber quando um dragão é assim usado em um sentido secundário, aplicando-se a algum poder terreno? — É quando algumas características específicas são atribuídas a ele, como múltiplas cabeças, chifres, etc. Pois um dragão, não qualificado, não tem tais características peculiares, mas é simplesmente uma criatura hedionda, em conformidade com o que vemos na natureza. Portanto, quando é aplicado a Satanás pessoalmente, é explicado como aplicável a ele, e nenhuma dessas características aparece, mas uma frase adicional, “aquela antiga serpente”, é acrescentada para nos

proteger mais sobre esse ponto. Portanto, quando características como cabeças e chifres são observadas, como em Apocalipse 12:3, podemos saber que é usado em seu sentido secundário e se aplica a um governo terreno, sendo esse governo terreno, neste caso, seu agente principal, pagão: Roma. Assim, em Ezequiel 29:3, o Egito, então um importante agente de Satanás, é simbolizado por um “grande dragão”. Mas lá é representado como um monstro do rio com escamas. Certamente é ruim o suficiente para os incrédulos e mundanos caricaturarem o Diabo, como tendo dois chifres e uma cauda; quão pior é para os estudantes da Bíblia enfatizar essa caricatura, dando-lhe sete cabeças e dez chifres, bem como a inevitável cauda!

João teve a visão do Apocalipse em 96 d. C., e aqui é mostrado a ele um símbolo do governo sob o qual ele viveu e estava sofrendo perseguição; e esse símbolo era um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres. Então, todas as características que aparecem no dragão, devemos esperar encontrar em algumas características do Império Romano, ou não deveríamos? Isso certamente pareceria muito natural. Mas a nova visão é um afastamento desse “método natural”.

De acordo com essa visão, ao contrário de todos os precedentes, o alcance dessa visão era retroativo, remontando não apenas ao início da história do então atual governo, mas fora de seus limites, para abranger os grandes governos da terra, que já havia sido simbolizada em profecia, algumas delas três vezes, e que havia passado séculos antes, para nunca mais aparecer ou ter qualquer influência entre os homens. Tais reinos como estes, afirma-se, estão incluídos entre as cabeças do dragão, a nova enumeração sendo dada como segue: 1. Babilônia; 2. Medo-Pérsia; 3. Grécia; 4. Roma pagã; 5. Roma papal; 6. Itália Unida; 7. Uma cabeça futura ainda desconhecida; 8. O papado restaurado.

Outra visão deixa de fora a Itália Unida e dá em seu lugar as nações pago-protestantes da Europa, como a sexta cabeça, e faz da

sétima cabeça alguma condição de coisas ainda não desenvolvidas, com uma imitação de que é o tempo de angústia e anarquia que está diante de nós. Essa visão é inconsistente consigo mesma, pois assume que uma cabeça deve ser um governo separado e, ainda assim, torna a sexta cabeça uma multiplicidade de governos estatais-igreja espalhados por toda a Europa, e a sétima cabeça, um estado de anarquia, que é a ausência de todo governo!

A objeção a tal aplicação já é íntima – é contrária a todos os precedentes. Nenhuma profecia pode ser encontrada lidando com assuntos dessa maneira: isto é, introduzindo novos símbolos para representar antigos governos que tiveram seus dias e faleceram, para nunca mais aparecer entre os homens. Que razão invisível poderia haver para que a profecia lidasse com eles? A profecia se relaciona com o futuro desde o momento em que é dada, não com o passado. Ela retrocede apenas o suficiente no passado para mostrar os fundamentos dos eventos futuros que ela prediz e para identificar os símbolos que ela introduz. Disso temos uma ilustração em Apoc. 12:1,2.

E assim que uma nação realiza sua parte e morre, ela é retirada da cadeia de eventos e a profecia continua com o futuro. Isso é ilustrado na visão de Daniel 8, que foi dada no último ano da supremacia babilônica e, portanto, começa com o Império Medo-Persa, porque nada mais do império da Babilônia deveria ser levado em consideração.

Mas pode-se perguntar se, com base no fato de que essas sete cabeças denotam as sete formas de governo no Império Romano, a profecia não remonta a uma época séculos antes dos dias de João, quando algumas dessas cabeças existiam. Muito verdadeiro; mas não sai do governo a que pertenciam. Como eram características pertencentes àquele governo que o anjo então mostrava a João, era necessário retroceder o suficiente para abarcá-las todas. Era preciso mostrar o governo em sua totalidade. A visão não teria sido completa

sem isso. Mas supor que o símbolo vá para fora de Roma, para nações enterradas que nunca tiveram qualquer conexão com Roma, é supor que a profecia traz muita matéria morta e ineficaz, madeira inútil, membros sem vida, que não tinham nenhuma conexão e nunca tiveram qualquer conexão com o governo então reinante e passou sob revisão quando esta visão foi dada a João. Tal aplicação é, portanto, mostrada como antinatural, bem como antibíblica.

De acordo com a exibição uniforme da profecia simbólica, se algum símbolo foi projetado para ter uma visão de todos os grandes governos do mundo, o símbolo pelo qual isso é mostrado deveria ter sido introduzido enquanto o primeiro desses governantes era um poder reinante, em vez de esperar até que um ou mais deles falecesse e depois nos dar uma imagem de seus fantasmas depois que eles foram para seus túmulos. Mas não se diz daqueles primeiros animais que, quando seu domínio foi tirado, suas vidas foram prolongadas? — Sim; mas foi apenas por “uma estação e tempo”. Não é sugerido que a vida do primeiro animal continue até o tempo do quarto, ou que as vidas do segundo e do terceiro tenham continuado.

Mas a vida do primeiro continuou por um tempo no segundo, o segundo no terceiro, etc. Ou seja, quando houve a transição de um reino para outro, não houve uma mudança instantânea de pessoas, costumes, instituições e influências. Mas estes continuaram a ser sentidos no reino vitorioso, até que uma nova geração surgiu, e tudo foi finalmente moldado no novo reino, e assim por diante de um para o outro.

Mas quando chegamos ao quarto reino, a profecia parece adequada para mostrar que o espírito, os elementos e algumas das características dessas primeiras bestas foram absorvidos e se manifestam neste quarto reino, dando à besta romana (Ap 13:1,2) o corpo de um leopardo, os pés de um urso e a boca de um leão. Assim, da imagem do capítulo 2 [Daniel], pode-se dizer que o ferro, o bronze, a prata e o ouro são quebrados em pedaços juntos, porque os

elementos desses reinos existem até o fim. Esse raciocínio não pode ser aplicado ao símbolo das cabeças; pois todos eles pertenciam a um reino; enquanto estes estavam todos fora de Roma, reinos separados e independentes.

2. Na visão de Daniel 7, na qual Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia são apresentadas, sucessivamente, sob seus próprios símbolos específicos, não é até o quarto, ou reino romano, ser alcançado, que as características dos dez chifres são introduzidas, porque foi somente a partir de Roma que os dez reinos, simbolizados por esses chifres, deveriam ser desenvolvidos. Mas quando chegamos à visão do grande dragão vermelho de Apocalipse 12, esses mesmos dez chifres aparecem novamente, mostrando que a visão de João não começa até o tempo da quarta besta da profecia de Daniel 7, e que o que João tem em vista é aquele poder idêntico mostrado a Daniel, do qual os dez chifres, ou dez reinos, deveriam surgir. Não é sugerido que esses dez chifres estivessem confinados a uma das cabeças do dragão, mas que eram comuns a todas as cabeças, um a cada cabeça e dois a um número suficiente para distinguir os dez. Mas se uma dessas cabeças representasse Babilônia, outra Medo-Pérsia e outra Grécia, os dez chifres pertenceriam tanto a eles quanto a quaisquer outras cabeças. Mas este não foi o caso. Esses antigos impérios nunca fizeram parte do reino do qual surgiram os dez chifres. Portanto, é impossível que essas cabeças possam ter qualquer referência a qualquer um desses reinos anteriores, dos quais os dez reinos não surgiram. Em vista de tais fatos, deve ser evidente que as sete cabeças não podem ser aplicadas fora do Império Romano.

3. O ponto de vista cronológico do qual João fala é o de seu próprio tempo. Foi exatamente assim com o profeta Daniel. Ele conta quando teve suas visões, onde estava e as circunstâncias então existentes. Então João diz: Eu estava na ilha chamada Patmos, no dia do Senhor, e tive uma visão na qual o anjo me disse tais e tais coisas. E assim, quando o anjo em sua explicação mais particular das cabeças,

As sete cabeças de Apocalipse 12, 13 e 17

em Apocalipse 17, diz delas a João, que cinco delas haviam passado, e uma é, etc., ele mostra que as cabeças são consecutivas e que cinco estavam então no passado, e que João estava vivendo sob o sexto. Qualquer aplicação correta dessas cabeças, portanto, deve mostrar o poder político do símbolo investido na sexta cabeça, em 96 AD, quando essa visão foi dada. Dizer que João fala do ponto de vista de algum tempo futuro indeterminado – um tempo em que cinco das cabeças teriam passado, e o sexto estaria reinando – sem dar a menor indicação de quando esse tempo seria, é levantar a âncora, jogar fora o mapa e a bússola e flutuar em um mar desconhecido, sujeito a toda fantasia que cada rajada de vento irregular pode soprar em seu caminho. Nesse caso, não poderíamos saber nada sobre a profecia, e o swedenborgianismo seria um guia tão bom quanto qualquer outro. Para aplicar o mesmo princípio à profecia de Daniel, pode-se afirmar que, quando ele diz no capítulo 9, que o anjo veio explicar a ele a visão do capítulo 8, e diz a ele que setenta semanas foram cortadas sobre seu povo, etc., ele não quis dizer que esse era o caso, mas que chegaria o tempo em um futuro desconhecido, quando seria determinado separar setenta semanas para seu povo, deixando o caminho aberto para algum judeu reivindicar que ainda não chegou a hora do cumprimento e, portanto, a revelação do Messias ainda é futura. Daniel cita a hora e o local em que o anjo lhe assegurou que certas circunstâncias existiam. Da mesma forma, João afirma que ele estava na ilha chamada Patmos, e em uma visão, um governo foi apresentado diante dele sob o símbolo de um grande dragão vermelho, com sete cabeças, e destes o anjo diz: “Cinco caíram, e um é.” Quando João entenderia que isso é verdade? — Em seus próprios dias, o tempo presente, é claro. Seria realmente um anúncio muito estranho dizer de sete chefes consecutivos, que chegaria o tempo em que cinco deles teriam passado, e o sexto estaria no poder, e o outro estaria chegando. O mesmo pode ser dito de toda a série, em referência aos outros. É certo, então, que a sexta cabeça era a cabeça reinante nos dias de João.

Mas a visão em consideração não tem a sexta cabeça como a cabeça reinante, na época em que a Revelação foi dada; e, portanto, permanece condenado pelas condições que a própria profecia claramente impõe.

4. A disposição das coroas no dragão e na besta vitoriosa também serve para nos orientar na aplicação correta. Durante todo o período abrangido pela forma de dragão do Império Romano, as coroas estão sobre as cabeças. Coroas devem ser tomadas para indicar o poder civil; e o pensamento evidentemente a ser transmitido é que, durante o tempo coberto pela forma do dragão, o poder civil foi investido nas cabeças. No versículo 7 de Apocalipse 12, Satanás é apresentado como um dragão, sem interferir em nada com o símbolo dos versículos 3 e 4: e o restante do capítulo pode ser aplicável principalmente ao seu trabalho pessoal. Então, no capítulo 13:1, o anjo retoma o grande sistema romano novamente, mostrando as mesmas sete cabeças e dez chifres. Mas agora ocorreu tal mudança que o poder romano não é mais representado por um dragão, mas por uma besta com corpo de leopardo, pés de urso e boca de leão. Mas uma mudança adicional será notada, que é que as coroas são todas removidas das cabeças, e as coroas que agora aparecem são colocadas nos chifres. Isso concorda mais harmoniosamente com os fatos da história. Os dez chifres representam os dez reinos que surgiram de Roma; e todos eles surgiram enquanto o império ainda era pagão. Mas quase imediatamente a religião do império mudou do paganismo para aquela forma mestiça de cristianismo, conhecida como papado.

Este foi a princípio um poder espiritual. Não tinha coroa sobre ele; pois o poder agora havia passado para os chifres. Para manter a unidade do símbolo do dragão, ele tinha sete coroas na cabeça; mas para manter a unidade ou consistência do símbolo sob a mudança, todas as cabeças da besta leopardo agora têm blasfêmia escrita sobre elas, e as coroas são colocadas sobre os chifres. Nenhuma cabeça aparece depois disso com uma coroa sobre ela; e isso mostra que não

há outra cabeça para ser desenvolvida, para receber uma coroa, depois que o poder civil passou para os chifres. Mas, será dito, o papado não estava revestido de poder civil? O papado, com certeza, sujeitou o poder civil a si mesmo; mas a relação da religião com o estado não era a mesma do paganismo. Ali o imperador era *pontifex maximus*, porque era imperador. Ele ocupou seu cargo religioso por causa de seu cargo civil. Mas aqui os papas assumiram autoridade civil, por causa de seu poder religioso. Eles presumiram controlar os assuntos civis e espirituais dos homens, não porque fossem imperadores, mas porque eram os vice regentes de Deus na terra. Ou seja, um assumiu o controle dos interesses espirituais de seus subprojetos, por causa de sua elevação civil: o outro inverteu a relação e assumiu o controle dos interesses civis e espirituais de todos os homens, por causa de sua elevação espiritual. Essa era a diferença. Foi essa tirania espiritual que constituiu a fase especial do grande colosso romano, sob o papado. Portanto, esta cabeça não tem coroa sobre ela, mas está coberta com nomes de blasfêmia. Todos concordam que o papado constitui uma das cabeças; e é mostrado pelo que aqui é apresentado em referência às coroas e chifres, que essa cabeça é absolutamente a última da série de sete.

5. A ação do dragão em referência à besta seguinte ou leopardo mostra ainda mais que o dragão, como símbolo, está confinado à Roma pagã. O dragão dá à besta papal, seu assento, seu poder e grande autoridade. Sua sede era Roma, ocupada pelos papas desde que foi abandonada pelos imperadores. Isso, como questão histórica, foi uma transação totalmente entre a Roma pagã e papal e, como questão profética, totalmente entre o dragão e a besta leopardo. O dragão, portanto, representa a Roma pagã, e a besta, a Roma papal. Nem a Babilônia, nem a Medo-Pérsia, nem a Grécia tiveram nada a ver com essa transferência para o papado, como devem ter tido, se constituíssem três das cabeças do dragão. Portanto, segue-se

novamente a conclusão de que as sete cabeças do dragão não podem abranger aqueles antigos impérios.

Mas, novamente, pode-se perguntar: o que os outros chefes de Roma que faleceram anos antes têm a ver com isso? Incluído em sua história passada. Quando a transferência foi feita para o papado, todos os chefes, exceto o último precedente, já faleceram, o qual deve ser o único, por necessidade, a fazer a transferência. Mas aquela cabeça representava toda a Roma que existia antes. Não foi Roma quando Constantino mudou a sede do império para o Bósforo e deixou a cidade de Roma para se tornar a sede dos papas? E não era também Roma, a mesma Roma, quando os orgulhosos Tarquínios foram expulsos do trono por uma população indignada, quase mil anos antes? Mas nem a Babilônia, nem a Medo-Pérsia, nem a Grécia faziam parte de Roma, e nunca fizeram, e conseqüentemente não podem reivindicar nenhuma relação com essa transferência para o papado da sede dos antigos Césares.

Neste ponto temos outra evidência do absurdo de aplicar o dragão de sete cabeças e dez chifres ao Diabo; pois neste caso teríamos o Diabo cedendo seu assento e seu poder ao papado. Mas podemos ter certeza de que o Diabo não abdicou dessa maneira. Enquanto ele usa o papado como seu agente, é certo que ele ainda mantém seu lugar como o deus deste mundo e o príncipe das potestades do ar. Outra citação de “*O Grande Conflito*” tornará este ponto claro. Falando da besta leopardo de Apoc. 12:13, diz (p. 439): “Este símbolo, como muitos protestantes têm acreditado, representa o papado, que sucedeu ao poder, sede e autoridade outrora possuídos pelo antigo Império Romano.”

6. É dito que como Roma foi a sucessora de todos esses governos, e como se assemelhava aos elementos de todos eles, eles deveriam ser representados no símbolo romano? Perguntamos então se já não é assim, independentemente das cabeças? Assim, a besta papal tem corpo de leopardo, como sucessor da Grécia, pés de urso,

lembrando a Pérsia, e boca de leão, característica da Babilônia. E essas características não representam tudo o que precisava ser representado em Roma em sua relação com os reinos anteriores? Por que três das sete cabeças da besta devem ser tomadas para representar esses reinos também? Se o fizerem, então esses reinos são representados duas vezes nesse símbolo, e podemos ter certeza de que a profecia nunca é culpada de tal tautologia.

Essas são algumas das objeções a sair do Império Romano para encontrar as sete cabeças, ou qualquer uma delas. E eles são apresentados como evidência conclusiva de que não podemos voltar nem sair do Império Romano para nenhuma das cabeças.

7. A parte do ponto de vista em discussão que se aplica ao presente ou ao futuro parece igualmente censurável. Assim, a sexta cabeça, sob a qual disse o anjo João estava vivendo, é considerada a Itália unida dos dias atuais. Mas o que há de peculiar na Itália unida para torná-la uma cabeça? — A Itália já foi unida antes; e se essa condição o torna uma cabeça, foi uma cabeça antes e hoje. Mas, mais do que isso, a Itália é simplesmente um dos dez chifres; e esses chifres não se transformam em cabeças. A Itália não pode, portanto, ser a sexta cabeça.

8. Na nova visão, a sétima cabeça é feita para se referir a um novo e desconhecido poder ainda por surgir. Esta é talvez a característica mais censurável de todo o esquema. Aqui novamente estamos todos no mar. O efeito sobre aqueles que o recebem pode ser facilmente imaginado. Isso lançará incerteza e confusão sobre todo o nosso trabalho. Há perigo em adiar para o futuro, eventos que podem, mesmo possivelmente, ter sido cumpridos no passado.

E contra esse perigo, na visão do escritor, uma voz solene de advertência deve ser levantada. Os adventistas do primeiro dia caíram amplamente nessa prática, até que alguns deles, acreditam que os 2.300 dias sejam lançados no futuro. Se ainda temos que esperar que mais duas cabeças se desenvolvam e executem suas carreiras antes do

fim, a tendência inevitável é adiar a vinda do Senhor. Ele lança entre nós e esse evento, outros movimentos para os quais a mente será atraída, a curiosidade excitada e o espírito de especulação solto, e assim a atenção será desviada de um senso adequado da proximidade do fim. Mas pode-se perguntar: não existem eventos futuros que esperamos que sejam cumpridos antes que o Senhor venha? Sim; mas são eventos que estão em contato imediato com aquele evento. A chegada ao fim do rei do Norte (Dan. 11:45); o ir para a chama ardente da besta papal (Dan. 7:11); a conclusão da obra da besta de dois chifres, agora em estágios avançados de seu desenvolvimento (Ap 13:12-17), dificilmente pode ser considerada um evento independente entre nós e a vinda do Senhor; pois eles estão tão intimamente conectados com a vinda que, para todos os propósitos práticos, são inseparáveis e, em cada caso, resta apenas outro passo a ser dado: e para isso vemos tudo agora tendendo rapidamente. Mas dizer que duas cabeças futuras da besta ainda estão para ser desenvolvidas é uma coisa muito diferente de dizer que a última cabeça, mesmo a oitava, já foi desenvolvida por séculos, realizou o grande fardo de seu trabalho e agora praticamente só espera para entrar em perdição. Acreditamos ser essa a situação atual. Em um caso esperamos que novos movimentos sejam inaugurados, executem suas carreiras atribuídas e cheguem ao fim, antes que o Senhor venha; no outro, procuramos apenas os atos finais em movimentos bem declinados e já muito avançados em sua conclusão.

A única perspectiva apresenta incerteza e atraso; o outro, a rápida realização de todas as nossas esperanças. Novamente dizemos: Cuidado com qualquer teoria que se interponha tanto entre nosso próprio tempo e a vinda do Senhor que produza inevitavelmente a impressão, inconscientemente para nós mesmos, de que a vinda do Senhor não está tão próxima quanto pensávamos e acostumados a acreditar. Tal resultado seria muito deplorável.

9. Por último, é-nos dito que a oitava cabeça é o papado restaurado. Já foi notado que o papado, no novo esquema, constituía a quinta cabeça. Mas por que a simples restauração desta cabeça constituiria outra cabeça? Não seria, para todos os efeitos, a mesma coisa? Quanto se pretende com a expressão “o papado restaurado”, não sabemos. Mas não seria pertinente indagar se o papado deve ser restaurado para ser novamente um poder civil.

Um evento que uma profecia do papado achou por bem notar é mencionado como a retirada de seu domínio. “Mas o julgamento se assentará, e eles tirarão seu domínio, para consumi-lo e destruí-lo até o fim.” Dan. 7:26.

Quer consideremos a última cláusula como o fim de seu domínio ou o fim dos tempos, se a profecia significa alguma coisa, significa que depois que esse domínio for retirado, seja ele qual for, o papado nunca mais o retomará. Certamente já passamos do tempo do julgamento, aqui trazido à vista, mesmo que o apliquemos tão tarde quanto 1844. Devemos ter passado da retirada do domínio, mesmo que o apliquemos à retirada do domínio temporal em 1870, que o próprio Victor Emmanuel declarou que nunca mais deveria ser restaurado ao papado.

Assim, por vinte e seis anos, vimos o papa se trancando em seu palácio em Roma, fazendo-se passar por um mártir e amado como uma criança mimada. Se por “restauração” se entende a recuperação de seu domínio temporal (e como se poderia dizer que foi restaurado sem isso?), a profecia o proíbe. Ele ainda existirá e desfrutará de prestígio, como um poder espiritual, como existe hoje, e será ainda maior no futuro; pois ela virtualmente cooperará com a besta de dois chifres enquanto ela faz seu trabalho (Ap 13:12), e com ela irá viva para o lago de fogo. Apocalipse 19:20.

Com essas objeções insuperáveis para aplicar as cabeças em qualquer lugar fora de Roma, pagã e papal, e contra a possibilidade de qualquer uma delas surgir no futuro, a pergunta ainda pode existir em

algumas mentes: onde devemos aplicá-las? Permanece a antiga posição de que eles denotam sete formas distintas de governo que surgiram no Império Romano. E agora, se puder ser demonstrado que tal é realmente o fato, que sete formas de governo foram exibidas, isso não satisfará a profecia mais completamente? E se essa característica única apareceu na história romana, que sete classes distintas de governantes em diferentes épocas controlavam o governo, tão diferente da história geral de outras nações, esse fato certamente seria digno de ser observado na profecia. Para este ponto, então, vamos agora dirigir a atenção.

As sete formas de governo reivindicadas para Roma foram nomeadas da seguinte forma: (1) Reis; (2) Cônsules; (3) Decênviros; (4) Ditadores; (5) triúnviros; (6) Imperadores; e (7) Papas. Essas classes de governantes em diferentes épocas apareceram como chefes de governo? O que é um chefe de governo? Não é toda a nação em si, mas aquela pessoa, pessoas ou organização, em cujas mãos está o controle executivo supremo do governo ou nação. No caso de Roma não será questionado que os reis constituiriam propriamente uma cabeça. O mesmo seria verdade para os imperadores e para os papas; pois de comum acordo o papado entra como uma dessas cabeças. Mas, por paridade de raciocínio, se o papado era um chefe, essas outras classes de governantes também deveriam ser chefes. Portanto, precisamos indagar apenas com referência a quatro deles; ou seja, cônsules, decênviros, ditadores e triúnviros. Se descobirmos que eles desempenharam tal papel no governo que poderiam ser chamados de “chefes” do governo, e que nenhum outro oficial romano o fez, exceto reis, imperadores e papas, já mencionados, então todo o terreno está coberto, e a profecia é razoavelmente cumprida.

Cônsules. Com relação aos consules, lemos no Johnson’s New Universal Encyclopédia da seguinte forma:

“Cônsul (do latim *consulo*, ‘consultar’ ou ‘aconselhar’), magistrado supremo da Roma antiga, após a expulsão dos reis. O

número era de dois e o período de mandato de um ano, mas não havia restrição quanto ao número de vezes que o mesmo indivíduo poderia ser eleito, embora fosse necessário um certo intervalo antes de ocupar novamente o cargo. Os cônsules eram os executivos supremos, mas não tinham autoridade legislativa. Eles foram originalmente escolhidos apenas entre os patrícios, mas depois também entre os plebeus”.

A partir disso, parece que originalmente os cônsules ocupavam uma posição semelhante à do presidente em nossos próprios Estados Unidos, enquanto estavam no cargo, e o consulado era o chefe do estado, pois a presidência está em nosso próprio país atualmente. Mas é dito que Roma era então uma república. Muito bem, não é necessário que uma república tenha cabeça? E aqueles que eram os magistrados supremos não constituíam essa cabeça? O presidente não é o chefe desta nação? Mas é dito ainda que o cargo de cônsul foi comum a toda a história romana e continuou mesmo sob os imperadores e até a extinção do Império Ocidental. É verdade que os historiadores afirmam que, sob os imperadores, o ofício era apenas nominal, tendo seu poder substancial sido destruído. Mas isso não muda o fato de que o ofício a princípio era real e poderoso, e os cônsules eram os magistrados supremos da terra. Se isso não constituísse uma cabeça, o que poderia constituir uma? Diz-se que Teodorico, o conquistador da Itália (493 AD), parabenizou os cônsules como os “favoritos da fortuna, que, sem cuidado, desfrutavam do esplendor do trono”. Isso mostra a natureza real de sua posição, originalmente, quando eles tinham os cuidados e o esplendor do trono. Parece, portanto, não haver base racional para negar que os cônsules já constituíram o chefe do estado romano, tanto quanto reis, imperadores ou papas. (Veja as observações de Tito Lívio, já mencionadas.)

Decênviros. Em seguida, vem dezembro. Destes, lemos do Encyclopédia acima citada:

“Decemviri (sing., decemvir), (lat. de decem, ‘dez’ e vir (plural, viri. um ‘homem’), um nome aplicável a dez pessoas designadas para propósitos particulares, mas mais especialmente aplicado aos dez magistrados eleitos entre os patrícios romanos para redigir um código de leis fundado nas instituições mais aprovadas da Grécia; eles também foram investidos de autoridade suprema para governar o estado. A experiência foi totalmente bem-sucedida; suas leis foram aprovadas pelo senado e gravadas em dez placas de metal, e seus deveres oficiais foram cumpridos com tanta satisfação que, ao término de seu ano de mandato, foi resolvido, como seu trabalho não foi concluído, continuar a mesma forma de governo, com o mesmo poder, foi nomeado para o próximo ano, para os quais os plebeus foram admitidos, o que resultou em duas tabuinhas adicionais, completando assim as famosas Doze Tábuas que mais tarde se tornaram o fundamento de toda a lei romana. Os novos decênviros, porém, procederam aos mais violentos atos de despotismo, perpetrando vários ultrajes contra as pessoas e famílias dos plebeus, o que exasperou tanto o povo que estourou uma insurreição; os decênviros foram afastados do cargo e os magistrados ordinários foram restabelecidos.

A partir desse testemunho, fica claro que os decênviros desempenharam um papel considerável na história romana e causaram tanta impressão nessa história quanto qualquer outro grupo de homens. É pelas leis que uma nação é moldada; e suas famosas Doze Tábuas tornaram-se o “fundamento de toda a lei romana”. Além disso, durante seu mandato, eles foram revestidos de “autoridade suprema para governar o Estado” e sua administração é chamada de “forma de governo”. O que mais é necessário para constituir este corpo como chefe de estado? Mas é dito que não pode ser uma cabeça, porque foi de curta duração; não durou dois anos. E que diferença isso faz? Onde se diz que um governo deve durar certo tempo para constituir um chefe? Esses homens não eram conquistadores do estado nem

usurpadores do poder. Eles foram colocados no cargo pelo povo, foram investidos de autoridade suprema para governar a nação, foram chamados de uma forma de governo e tiveram controle total de todos os seus assuntos. Agora, se a administração deles naquela posição com aquele poder em suas mãos não tivesse continuado mais do que uma semana ou um dia, isso não teria feito diferença. Teria havido uma forma separada e distinta de governo destacando-se exclusivamente na história de Roma e peculiar a essa nação. Os decênviros, com certeza, foram uma de suas cabeças.

Ditadores. Vejamos agora o lugar que os ditadores ocupavam no estado romano. A respeito deste oficial, o seguinte testemunho é dado:— “Ditador (Fr. ditator, do lat. dicto, dictatum, ‘dizer frequentemente’, ‘ditado’), título de magistrado extraordinário na república de a Roma antiga, investida de um poder quase absoluto por um período de seis meses, foi irresponsável. Os ditadores eram nomeados quando a república estava em perigo, ou quando uma crise importante exigia a pronta decisão e a ação vigorosa de um único chefe executivo. O primeiro ditador, segundo algumas autoridades, foi Titus Lartius, nomeado em 501 a.C.; o último, Marcus Junius Perae, 216 a.C.

“Em geral, ninguém poderia ser feito ditador que não tivesse sido cônsul anteriormente. É duvidoso que a eleição pela cúria fosse necessária para sua nomeação, mas a nomeação pelo cônsul era indispensável. ... O cargo de ditador foi inicialmente confinado aos patrícios, e o primeiro ditador plebeu foi C. Martius Rutilus, nomeado em 356 a.C. O poder dos ditadores estava sujeito a essas limitações; eles não podiam tocar no tesouro, não tinham permissão para deixar a Itália, não cavalgavam por Roma sem o consentimento do povo. As ditaduras de Sula e César, ambas as quais transcenderam suas limitações, foram irregulares e ilegais, totalmente diferentes das ditaduras anteriores.” — Id.

A *História de Roma* de Duruy, vol. 1, pág. 282, descrevendo a criação do cargo de ditador, diz que eles “reviveram a realeza com todo o seu poder por um tempo”. Em 501 a.C. eles criaram a ditadura, cujos poderes eram ilimitados.

De acordo com o princípio de que aquele que controla o poder em um estado é o chefe do estado, não temos aqui outro chefe do governo romano? Já houve um acordo semelhante em qualquer outro governo? Aqui estava um “magistrado extraordinário”, investido de poder absoluto, exceto que ele deveria ter o consentimento do povo para sacar o tesouro, deixar a Itália ou cavalgar por Roma. Se o presidente dos Estados Unidos, sujeito a todas as suas limitações, é o chefe desta nação, muito mais foram os ditadores, durante seus mandatos, os chefes do governo romano. Se for dito, a título de objeção, que o termo do vício foi de curta duração, a resposta é: Que diferença isso pode fazer?

Havia uma forma de governo, inventada pelo povo, para controlar os negócios da nação em tempos de emergência, à qual, por enquanto, tudo o mais se subordinava; e o arranjo foi continuado e colocado em operação mais ou menos, de acordo com o testemunho anterior, pelo espaço de duzentos e oitenta e cinco anos. Se essa característica do governo não constituísse uma cabeça, seria difícil conceber o que a constituiria. Se, enquanto o ditador tivesse negócios em suas mãos, algum estranho perguntasse: Quem é o governador de Roma? Qual teria sido a resposta? Não teria sido nada além disso – O ditador. E se alguém tivesse algo a ver com o governo, a quem teria sido enviado? — Ao ditador. Se alguém ainda nega que os ditadores constituíram uma das várias formas de governo que surgiram em Roma, poderia nos dizer qual era o chefe do governo enquanto os ditadores tinham o poder em suas mãos? Não foram os cônsules, nem o senado, nem os tribunos, nem quaisquer outros oficiais; pois estes estavam todos sujeitos ao ditador. Tampouco importa que essa forma de governo tenha sido utilizada em momentos diferentes e cada vez

tenha durado pouco; pois, como já observado, o tempo não entra na conta; isso não altera o fato de que havia uma forma de governo diferente, distinta, bem definida e independente apresentada ao mundo e peculiar àquela nação: e ninguém pode negá-lo.

Triúnviros. Todo aquele familiarizado com a história romana conhece o nome “triúnviros” e a parte que desempenharam na condução do Estado romano. Destes, o historiador fala da seguinte forma:

“Triumviri, ou Tres viri (lat. tres, ‘três’ e viri, ‘homens’), na Roma antiga, um conselho de três homens nomeados para algum dever público especial. Vários tipos de triúnviros são especificados por autores romanos. Em 60 a.C. Júlio César, Pompeu e Crasso formaram uma coalizão para a condução dos assuntos públicos; isso é chamado de ‘primeiro triunvirato’, mas os homens que o constituíram não tinham o título oficial de triúnviros e exerciam apenas um poder usurpado. O ‘segundo triúnviro’, o de Otaviano, Marco Antônio e Lépido, foi oficialmente reconhecido pelo senado, e os três magistrados levavam o nome de Triumviri Republicae Constituendae (‘triúnviros para organizar assuntos públicos’).” — Id.

Aqui, então, temos dois períodos na história romana em que o governo era administrado por três homens, outra forma de administração do estado peculiar a Roma. Se descartarmos os primeiros como não oficialmente reconhecidos, ainda teremos os segundos, que foram oficialmente reconhecidos pelo Senado, e um título dado a eles de acordo. Alguém duvida que a autoridade suprema do estado esteve por um tempo em suas mãos? E como aquele que controla e administra o governo é o “chefe” do governo, não foi, sem sombra de dúvida, outro chefe que apareceu no estado romano, peculiar àquela nação? À luz do fato de que o “chefe” de um governo, ou nação, é aquela pessoa ou grupo de pessoas em cujas mãos está alojado o poder executivo supremo ou controlador da administração, pedimos ao leitor que faça uma análise razoável visão da condução

dos negócios de Roma ao longo de sua história. Encontramos apenas sete diferentes classes de governantes que em diferentes épocas ocuparam esta posição e exerceram este poder; e estes eram, como já foi dito, reis, cônsules, decênviros, ditadores, triúnviros, imperadores e papas. E o poder de Roma estava continuamente nas mãos de algumas dessas sete classes, com a curta exceção observada em Apocalipse 17, quando entre os chefes imperial e papal, o Exarca de Ravenna governou Roma por cerca de sessenta anos. Os tribunos, edis, pretores, lictores, etc., eram todos oficiais e magistrados subordinados, e nem estes, sozinhos ou em combinação, nem o senado sozinho, ou em conjunto com eles, jamais exerceram a autoridade suprema do governo romano.

Diz-se, como objeção a essa visão, que reis e imperadores eram muito parecidos para constituir duas cabeças separadas. Mas certamente eles não poderiam ser mais parecidos do que “o papado” e “o papado restaurado”, que agora dizem constituir duas das cabeças. Os imperadores não eram simplesmente reis restaurados. Era uma nova fase do governo chegando depois de muitos anos de mudança e crescimento, e o método de seu exercício e as circunstâncias relacionadas a ele eram tão diferentes do cargo real original quanto se poderia imaginar. Para ilustrar: Um curso de estudo é iniciado na escola comum, mas a escola comum é uma coisa muito diferente da universidade onde o curso é concluído. A posição do imperador na Roma posterior não era mais a mesma do ofício original do rei, do que a universidade é a mesma da escola comum. Entrando depois de um intervalo tão longo, depois de tantas mudanças e diferentes formas de governo terem intervindo, e sob condições tão diferentes, o reinado não poderia ser outra coisa senão uma cabeça separada e distinta.

Essa visão das cabeças não é apenas confirmada, mas praticamente demonstrada pelo único outro símbolo profético em que uma pluralidade de cabeças é apresentada; ou seja, o leopardo de quatro cabeças de Daniel 7. Somos informados de que essas quatro

As sete cabeças de Apocalipse 12, 13 e 17

cabeças do leopardo eram quatro reinos distintos e, portanto, as cabeças devem sempre denotar reinos separados. Mas vamos investigar mais sobre a natureza desses reinos.

Eram todos reinos gregos: pois eram simplesmente divisões do império de Alexandre, que era o reino da Grécia. Mas o reino da Grécia é tratado na profecia como uma unidade, não apenas durante a vida de Alexandre, quando tinha uma cabeça, mas durante toda a história das quatro divisões nas quais o império foi separado, denotadas pelas quatro cabeças do leopardo e os quatro chifres do bode. Isso é mostrado pela grande imagem simbólica de Daniel 2, onde a Grécia é representada por uma porção de bronze. Este fato também é reconhecido na nova visão agora em consideração, na qual a Grécia, com suas quatro cabeças, constitui apenas uma das sete cabeças dos símbolos do Apocalipse, de acordo com a nova enumeração. Agora, as quatro cabeças do leopardo de Daniel 7, sendo todas de caráter grego, em vez de provar a nova visão das sete cabeças, isto é, que elas devem ser reinos diferentes e estranhos, como reivindicado pelos símbolos apocalípticos, refuta totalmente que ideia, mostrando que as cabeças de uma besta simbólica devem todas pertencer ao mesmo governo representado por aquele símbolo. Portanto, as sete cabeças do dragão de Apocalipse 12, em vez de denotar reinos totalmente distintos e estrangeiros, alguns dos quais viveram e morreram antes de Roma chegar ao poder, devem estar todas confinadas ao governo representado pelo dragão, que era Roma.

Mas por que o leopardo tinha quatro cabeças? Simplesmente porque no estado dividido do império, quatro governos diferentes exerciam o poder e a autoridade que pertenciam ao reino como um todo: e, portanto, eram necessárias quatro cabeças para representar esse fato. Mas se um novo governo, simplesmente uma divisão de um império, exigia um chefe separado para representá-lo, certamente uma mudança na forma de governo suficiente para constituir um novo poder controlador em todo o império seria, com razão ainda maior,

representada por um chefe separado. Todos os estudantes desta profecia têm em comum que Roma papal constitui uma das sete cabeças; e isso nos dá uma chave para a aplicação do todo; pois esta era apenas uma forma diferente de poder pela qual o estado romano era governado. Então, por paridade de raciocínio, as outras formas de governo na comunidade romana também deveriam ser representadas por cabeças. Mas diz-se que o dom de Justiniano, de poder e autoridade ao papado, foi suficiente para constituir um império independente e, assim, torná-lo uma cabeça separada. Mas se é assim, então perguntamos se o poder e a autoridade concedidos de maneira distinta e formal por toda a força da nação às outras formas de governo em Roma não eram suficientes para constituí-los chefes tanto quanto? Não foi toda a autoridade do império, por legislação explícita e formal, conferida consecutivamente a cônsules, decênviro, ditadores e triúviro? — Certamente foi de acordo com o testemunho da história.

Resta agora aplicar os fatos aqui brevemente mencionados à profecia do capítulo dezessete do Apocalipse. E nisso não haverá dificuldade se tivermos em mente e aplicarmos os princípios que podem ser claramente deduzidos da própria linguagem da profecia.

1. Em primeiro lugar, o fato de que foi um dos sete anjos que tiveram as sete últimas pragas, que mostrou a João o julgamento da grande Babilônia, não tem relação com o ponto de vista cronológico do qual João vê as cenas que descreve; pois foi um dos mesmos sete anjos que lhe mostraram a cidade santa que descia do céu da parte de Deus. Apocalipse 21:10. Mas isso não é até mil anos depois que os mesmos sete anjos derramaram as taças do julgamento da ira de Deus sobre a terra. Eles poderiam ser empregados apropriadamente para mostrar a João eventos que aconteceriam muito antes do tempo em que eles realizariam sua missão específica, especialmente se conectados com aquele governo ou organização sobre a qual as pragas cairiam. Por que um dos anjos encarregados das sete pragas foi escolhido para mostrar a João essa visão, é claramente aparente pelo

fato de que os julgamentos que cairão sobre a Babilônia encontram seu clímax e conclusão nessas pragas.

2. O próprio anjo reconhece que há mistério relacionado com os símbolos deste capítulo dezessete; pois ele diz a João: “Vou lhe contar o mistério da mulher e [o mistério] da besta que a carrega”. Versículo 7. Não precisamos, portanto, nos surpreender se as regras de interpretação que podem ser seguidas em algumas outras profecias não puderem ser tão rigidamente seguidas aqui.

3. O símbolo composto apresentado pela primeira vez (uma besta e uma mulher sentadas sobre ela) é evidentemente projetado para mostrar a relação do poder eclesiástico com o civil no governo terreno a ser apresentado, ou melhor, a distinção entre eles, o estado dominado pela igreja, como o cavalo é controlado por seu cavaleiro. É também para mostrar a natureza corrupta dessa igreja; pois é geralmente aceito que a mulher, aqui, como símbolo, inclui a igreja papal.

4. Mas em outras afirmações esta distinção (tendo sido claramente definida uma vez) parece ter sido abandonada; e a besta é considerada como abrangendo o elemento religioso também; pois ele está “cheio de nomes de blasfêmia”, que é uma característica religiosa; e mais adiante na profecia são feitas algumas declarações sobre a besta, que se aplicam ao papado. Somos assim, em alguns casos, obrigados a interpretar a profecia de acordo com os fatos do caso, em vez de manter, por toda parte, uma rígida uniformidade do símbolo, como por exemplo, quando o símbolo da besta, e onde a própria besta é finalmente chamada apenas de cabeça. Versículo 11.

5. A besta é de cor escarlate, a mesma cor do dragão, indicando que esta besta cobre Roma desde o início de sua história em sua forma pagã, até o fim de sua carreira em sua forma papal; pois vai para a perdição, o local de desembarque do papado. (Veja Alford e Meyer.)

6. O verbo “ser” nesta profecia é algumas vezes usado para expressar eventos que acontecerão sucessivamente a partir de um presente histórico; e novamente é usado com o propósito de expressar

grandes fatos sem referência ao tempo de sua ocorrência. Veja ilustrações disso nas seguintes expressões: “Cinco caíram, e um é, e o outro ainda não veio”. Isso é falado a respeito de sete cabeças que deveriam aparecer em ordem consecutiva; e como não há indicação de qualquer ponto de vista arbitrário a partir do qual o cálculo deve ser feito, isso não significaria nada, a menos que fosse calculado a partir dos dias de João; e então isso significaria claramente que João estava vivendo no tempo da sexta cabeça, cinco tendo passado antes de seu dia, e que mais dois deveriam aparecer depois que aquele sob o qual João estava vivendo tivesse completado seu período. Mas aqui está outra expressão que não pode ser aplicada dessa maneira; ou seja, “A besta que era e não é, e ainda é.” Agora, uma besta não pode estar em uma condição expressa pelas palavras “não é” e “é” ao mesmo tempo; isto é, ele não pode ser, e não ser, em um e no mesmo instante. Mas será dito que significa “não é e será”. Muito verdadeiro; mas isso é um comentário e explicação, e não uma tradução; e agora estamos falando apenas da linguagem e seu uso.

Temos outro exemplo nesta expressão: “E a besta que era e não é, ele é o oitavo.” Não se poderia dizer desta besta que ela “não é” e ao mesmo tempo que “é” a oitava cabeça. Essas expressões devem, portanto, ser entendidas como simplesmente estabelecendo o grande fato de que essa besta existiria por um tempo, depois pareceria desaparecer ou deixaria de existir e depois apareceria novamente em uma condição viva e ativa, sem qualquer referência ao tempo, quando essas mudanças devem ocorrer.

De acordo com estes princípios, passemos à aplicação. A primeira declaração sobre esta besta é que ela “era e não é; e subirá do abismo e irá para a perdição”. Esta declaração deve abranger todo o período de existência do governo representado por este símbolo; e como o símbolo representa Roma em toda a sua história, a expressão “era” deve cobrir a forma pagã desse império; não haveria necessidade de dar um símbolo que cobrisse Roma em toda a sua história. Nesse

caso, o anjo teria se contentado com um símbolo representando apenas o papado, como por exemplo, a besta leopardo do capítulo 13. Então as expressões “não é” e “subirão do abismo” ou “não é, e ainda é”, ou “não é, mesmo ele é o oitavo”, deve referir-se a algumas grandes mudanças que ocorrerão no Império Romano, subsequentemente à sua forma pagã. O que essas mudanças foram claramente apresentadas em outra profecia a respeito de Roma, dada a nós no oitavo capítulo de Daniel, para uma breve consideração da qual a atenção do leitor é agora convidada. Aqui, Roma, ao longo de toda a sua história, é representada pelo único símbolo de um chifre, pequeno a princípio, mas crescendo excessivamente e finalmente sendo quebrado sem mão, o mesmo que é dito da grande imagem do capítulo 2, quando a pedra a atinge sobre os pés.

Mas Roma passou por algumas metamorfoses maravilhosas; e a profecia se compromete a observar essas mudanças sem destruir a unidade do símbolo. É o tempo todo um chifre; mas aparece em dois personagens aparentemente antagônicos entre si. Uma fase que o império havia mantido por muito tempo foi repentinamente recebido por uma influência hostil que surgiu no próprio império e que o mudou completamente para outra fase; e este, embora motivado pelo mesmo espírito, aparentemente foi o antagonista mortal do primeiro. O símbolo é visto como um opressor da igreja, e em sua primeira fase é chamado de “o diário” (desolação), e em sua segunda fase, “a transgressão da desolação”. O primeiro era pagão, o segundo professava ser cristão. E essa mudança só poderia ser realizada eliminando o paganismo pela forma corrompida do cristianismo que finalmente tomou posse do mundo romano. Roma em sua forma pagã era uma perseguidora do povo de Deus, primeiro na pessoa dos judeus e, em segundo lugar, na pessoa dos cristãos. E em sua forma papal, perseguiu ainda mais terrivelmente os verdadeiros cristãos que se recusaram a seguir a apostasia. Mas entre a gradual destruição e derrubada do paganismo, e a degeneração de uma igreja

professamente cristã em um poder perseguidor, deve ter havido um período durante o qual os cristãos deixaram de ser objeto de perseguição e o estado deixou de ser um governo perseguidor. A profecia descreve essa mudança nas seguintes palavras: “E por ele foi tirado o sacrifício diário, e o lugar do seu santuário foi derrubado. E um anfitrião foi dado a ele contra o sacrifício diário por causa da transgressão”, etc. Essa linguagem indica uma transformação notável no governo. Agora, tenha em mente que João em Apocalipse 17 está vendo o mesmo poder, cobrindo o mesmo tempo e observando as mesmas mudanças, e ele descreve essa maravilhosa metamorfose dizendo: “A besta que era e não é, e ainda é; isto é, uma besta que existiu por um tempo, e depois por um tempo deixou de existir, e então apareceu novamente, como um poder ativo e perseguidor. Assim, Ap. 18:8 torna-se um paralelo exato com Dan. 8:11,12; e o curso da história preencheu completa e impressionantemente o quadro traçado por Daniel e João.

Tendo em mente que é o caráter perseguidor desse poder que lhe dá um lugar na profecia, como a cena pareceria a um observador? Ele veria, primeiro, “o cotidiano”, ou paganismo, oprimindo a igreja; então, depois de um tempo, ele veria o paganismo ser minado, restringido e levado embora, e o lugar de seu santuário derrubado. A opressão da igreja naquela fase cessaria, e assim a besta como perseguidora desapareceria e aparentemente deixaria de existir. Por um tempo, então, a besta “não existe”. Então, sob o Cristianismo apóstata, ele começa seu trabalho de perseguição novamente e, assim, reaparece, para que se possa dizer que “ainda é”. Esses fatos atendem muito claramente às condições estabelecidas na profecia; e parece muito certo para o escritor que eles são os únicos em toda a extensão da história a que a expressão “era, e não é, e ainda é” pode se aplicar.

Sem pensar o suficiente, é muito fácil chegar à conclusão de que a ferida mortal de Apocalipse 13:3,10 refere-se ao tempo e à

condição da besta quando é dito em Apocalipse 17:8,11, que não é. Mas isso não pode ser o caso.

A expressão “não é” denota que o poder, como assunto de profecia, deixa de existir. Mas isso não poderia ser dito daquela experiência em que ela recebe apenas uma “ferida mortal”, que é curada antes que a vida se extinga. Examinando toda a história de Roma e considerando que a besta escarlate de Apocalipse 17 abrange tanto o “contínuo” quanto a “transgressão da desolação” de Daniel 8, podemos ver muito claramente onde a expressão “não estava”, deve entrar. Foi na transição do paganismo para o papado, quando o “contínuo” (paganismo) foi tirado, e o lugar de seu santuário foi derrubado, e a besta sob sua forma pagã, como um poder perseguidor cessou de existir. A besta, por um tempo, “não era”.

Mas sob uma nova forma, depois de cerca de dois séculos ou mais, reapareceu como o papado, e a perseguição recomeçou. Houve o fim de uma forma da besta, e “não era”, até que assumiu outra forma. Isso atende completamente ao fim da profecia; mas, como já foi observado, o ferimento de uma das cabeças não atenderia de forma alguma às referidas condições. No caso do ferimento na cabeça, a vida da besta é reconhecida como continuando; pois a profecia, depois de dizer que ele foi ferido por uma espada, não diz que ele morreu, mas que foi ferido por uma espada e “viveu!” Mas ele recebeu uma ferida que, se não tivesse sido curada, logo resultaria em morte. É muito infeliz dizer, como alguns fazem, que o papado foi ferido pela Reforma, no sentido desta profecia, embora não completa até sua derrubada em 1798; pois isso foi simplesmente a terra abrindo sua boca e engolindo o dilúvio enviado para destruir a igreja (Ap 12:15,16); mas o ferimento apresentado na profecia é um ataque violento, com armas carnis; é “pela espada”. Espero que muitos não tenham se afastado da opinião geralmente mantida entre nós, de que a ferida mortal foi infligida em 1798. E o que foi feito então? — O papado foi temporariamente abolido; Roma foi erigida em uma

república; o papa foi levado para o exílio e morreu lá; o colégio de cardeais foi disperso e toda a maquinaria papal foi desregulada. Foi uma ferida mortal; isto é, se tivesse continuado por um longo período de tempo, o papado teria se tornado extinto por essa calamidade. Mas em 1800 surgiu uma nova demanda pela influência do papado. Sua sanção era necessária para a coroação do velho Bonaparte – não a sanção de um poder morto, mas de um poder vivo. Os cardeais dispersos foram convocados; outro papa foi eleito; e toda a maquinaria papal foi novamente colocada em operação. A ferida foi curada! O papa retomou sua posição de influência entre os governantes da Europa: e esse sistema de erro, superstição e oposição a Deus e sua verdade na terra continuou desde aquele dia até hoje. O efeito da ferida é visto na contenção da perseguição aberta e vangloriada anteriormente infligida; mas alguém duvida que o papado é o mesmo poder dragônico de outrora? Que está sempre travando uma guerra mortal contra a verdade? E que em suas masmorras secretas, tanto na Europa quanto em nosso próprio país, há multidões sofrendo os horrores da Inquisição? Duvide de quem pode, desde que seus conventos e outros edifícios estejam bem protegidos até mesmo contra as exigências do governo para uma investigação de seus trabalhos secretos! O poder papal foi simbolizado na profecia antes de receber poder e autoridade do imperador do Oriente, que marcou o início dos 1260 anos.

Portanto, não é necessário que um novo decreto seja emitido por qualquer governo terreno, declarando que o papa é o cabeça de todas as igrejas, para constituir o papado a besta de Apocalipse 13 e 17, ou para curar a ferida mortal, não mais do que já está curado.

Mas, mais do que isso, se a ferida mortal ainda não foi curada, previmos a profecia a respeito da besta de dois chifres; pois as primeiras ações da besta de dois chifres são feitas à vista da primeira besta, cuja ferida mortal foi curada; para esse ponto é especialmente notado. Ora, se a ferida mortal ainda não foi curada, a besta de dois

chifres ainda não fez nada em cumprimento da profecia; o que seria tão absurdo quanto dizer que a ferida ainda não está curada.

A ferida mortal foi dada em 1798; e se essa ferida ainda não foi curada, a besta já sobreviveu quase um século; pois a ferida, notará, não mata a besta. Isso é demonstrado pelo fato de que, quando a cura é feita da ferida, é simplesmente a cura da ferida, não a ressurreição da besta. Mas uma besta que pode sobreviver a um ferimento mortal por um século certamente tem uma enorme vitalidade. Se, no entanto, for dito que a ferida mortal não foi dada até 1870, então destruimos inteiramente a aplicação da profecia dos 1260 anos; e mesmo assim, a besta tem passado muito confortavelmente com a ferida mortal por mais de um quarto de século, e ainda vive, com a perspectiva de continuar em tão boas circunstâncias enquanto o tempo durar. E este foi o período mais ativo e, em alguns aspectos, o mais próspero de sua existência. Mas a teoria sob revisão força a posição neste ponto de que o papado não existe agora; pois isso é feito para cobrir o tempo em que a besta “não era”; que desde que a ferida mortal foi dada, seja em 1798 ou em 1870, não houve papado no mundo! Mas uma organização eclesiástica que controla a contagem tenta que a Igreja Católica controle, que detém o equilíbrio de poder em grandes porções de nosso próprio país, que se apropria de milhões de fundos de alguns dos tesouros de nossa cidade para uso próprio e dita a política de os nossos grandes partidos políticos nacionais, como acaba de ditar ao partido Republicano (1896), é certamente um cadáver muito vivo e poderoso! E dizer nessas circunstâncias que o papado não existe é, com todo o respeito para aqueles que se persuadiram dessa crença, o clímax do absurdo.

Há outro ponto sobre o qual se supõe que exista uma dificuldade, mas a respeito do qual será necessário dizer apenas algumas palavras. A questão diz respeito ao Exarcado de Ravena.

No esquema aqui defendido, o Exarcado de Ravena vem depois da forma imperial de governo como a sétima cabeça. Esta

forma de governo governou Roma cerca de sessenta anos. Mas a profecia diz sobre isso, de acordo com a versão comum, que deveria continuar apenas por um “curto espaço”. Agora, pergunta-se, como os sessenta anos do Exarcado podem ser chamados de um curto espaço quando os decênviros continuaram menos de dois anos, e os ditadores não mais, geralmente, de seis meses de cada vez? É verdade que o tempo de permanência dos decênviros e de quaisquer ditadores individuais, ou dos triunviratos individuais, foi mais curto do que os sessenta anos do Exarcado; mas não deveria ser necessário lembrar ao leitor que o profeta não está fazendo nenhuma comparação entre as cabeças, quanto ao tempo de sua continuidade, anterior ao seu tempo.

Se o profeta tivesse tido ocasião de falar da duração relativa de todas as cabeças, sem dúvida teria chamado os nomeados de muito curtos; mas ele não faz nenhuma alusão a eles, mas fala apenas da cabeça então reinante e das que viriam no futuro, uma das quais seria comparativamente curta. E quais eram os fatos? — João estava vivendo sob o comando imperial, o que durou mais de quinhentos e sessenta anos! Certamente, uma cabecinha surgindo entre esses dois, por apenas sessenta anos, pode ser considerada muito apropriadamente como continuando apenas um “curto espaço”. Mas outro ponto deve ser levado em consideração; e isto é, a posição ou influência dessa cabecinha como um fator no império. Os decênviros influenciaram e fizeram leis para todo o vasto império. E o que era o Exarcado como poder governante, em comparação com estes? O Exarcado era, de fato, apenas um lugar-tenente do imperador do Oriente, sem nenhuma influência particular nos assuntos da época; no entanto, como governador de Roma, ele deve ter um lugar nessa enumeração dos chefes governantes de Roma, que se compromete a cobrir completa e minuciosamente todo o terreno.

Mas outra visão pode ser tomada a partir deste ponto. Não parece certo que a profecia tenha qualquer referência ao tempo da continuação desta sombria sétima cabeça. Em referência a ele, o

original tem estas palavras: *oligon anton dei meinai*. A palavra *oligon*, interpretada, na versão comum, como um advérbio e traduzida como “espaço curto”, pode ser tomada com a mesma precisão como um adjetivo e traduzida como “pequeno”, isto é, “pequeno em tamanho, proporção ou influência”. É o mesmo que se o profeta tivesse dito: Quando vier aquela cabeça que é na realidade a sétima, embora não tenha importância suficiente para ser geralmente considerada entre as cabeças, será necessariamente pequena e sem importância; tão inferior, de fato, que em nenhuma outra profecia desta linha de eventos é levado em consideração, mas apenas *sete* cabeças, em vez de *oito*, aparecendo nos símbolos. Assim, a última construção mencionada se harmonizaria mais completamente com todo o teor das profecias sobre este ponto. Na verdade, se não tivéssemos um problema profético mais difícil do que este para enfrentar, poderíamos nos considerar muito afortunados.

Algumas outras características de um dos novos pontos de vista propostos exigem uma palavra de alerta, pois parecem totalmente insustentáveis.

1. A sétima cabeça deve aparecer no próximo estado de anarquia na Europa, quando os governos existentes se desintegrarem no caos e os dez chifres atuais deixarão de existir e desaparecerão. Então o papa assume o papel de pacificador; tudo é submetido a ele, e ele divide a Europa em dez novas províncias que constituem os dez chifres da besta de Apocalipse 17:12.

Isso torna esses chifres ainda futuros e totalmente diferentes dos dez chifres de Apocalipse 13:1. Mas a profecia dá alguma indicação de que um novo conjunto de dez chifres surgirá? — Nem uma sílaba. Além disso, essa conjectura é diretamente contrária à profecia de Daniel. Todos devem concordar que os “reis” mencionados em Dan. 2:44 são os dez reinos originais que surgiram do antigo Império Romano. Mas esses reinos, que podem ser traçados com tanta clareza na Europa de hoje, existem até o fim; pois é “nos

dias desses reis” (não um novo conjunto), que o Deus do céu estabelece seu reino. Então esses reinos não podem perder sua identidade, deixar de existir, e um novo conjunto surgir, como este esquema proposto, antes da vinda de Cristo. Em Daniel 7:7,11, não há indícios de que um novo conjunto de apenas dez chifres tome o lugar do primeiro que surgiu em Roma, antes que a besta entrasse nas chamas ardentes. Ou esses dez chifres se referem, não às divisões passadas de Roma, mas apenas aos futuros dez chifres? E há outro chifre pequeno para surgir entre eles? E nossas exposições anteriores desta profecia estavam todas erradas?

2. Quando o papa erigir as dez novas províncias na Europa, diz-se que seu domínio voltou para ele, e a ferida mortal (recebida em 1798) foi curada, mas não curada antes. Então, esses dez dão seu poder e força à besta por uma hora, que é considerada um período profético, ou seja, quinze dias. Se for assim, o anjo de Apocalipse 10:6 jurou uma falsidade, ou os pontos de vista dessa profecia até agora sustentados estão todos errados. Ele jurou que não haveria mais tempo; isto é, não que o tempo não pudesse ser mencionado em sentido profético, como nos dias “do sétimo anjo”, mas que todo período profético havia expirado e não haveria mais tempo profético nesse sentido. Mas olha! Aqui surge um período profético definido de quinze dias, para começar em algum lugar no futuro. Tal ideia deve ser abandonada, ou devemos aplicar a mensagem do anjo de Apocalipse 10 a este tempo futuro; mas isso desorganizaria as mensagens de Apocalipse 14, a respeito das quais o Espírito de profecia nos advertiu a não “mover um bloco ou mexer em um alfinete”. — *Spiritual Gifts*, vol. 1, página 121.

3. Mas e quanto ao trabalho da besta de dois chifres? Será notado que esta besta não tem nenhum trabalho atribuído a ela, até que a ferida mortal da primeira besta seja curada. Ele fala como um dragão, mas não poderia fazer isso sem exercer o poder da primeira besta; e ele deve exercer tal poder antes que ele possa fazer os homens

adorarem a primeira besta; mas quando um adorador é rendido à besta, diz-se dele que sua “ferida mortal foi curada”. Novamente, a imagem que é feita é “da besta que recebeu a ferida da espada e sobreviveu”, ou cuja ferida mortal foi curada. Agora marque a conclusão a que somos levados pela nova visão: No início dos futuros quinze dias de triunfo papal, a ferida mortal é curada. No final dos quinze dias, os novos dez chifres se voltam contra a prostituta e a destroem com fogo. Apocalipse 17:16. E este é o último tempo de angústia e a liquidação de todos os assuntos terrenos. Então a besta de dois chifres deve realizar todo o seu trabalho dentro deste período de quinze dias! Isto é, depois que a ferida mortal é curada e esses dias começam, a besta de dois chifres faz a terra e os que nela habitam adorar a primeira besta; faz grandes prodígios de modo que faz descer fogo do céu à vista dos homens; ele diz ao povo que eles devem fazer uma imagem da besta; eles fazem a imagem, e então ele dá vida a ela; então a imagem fala e profere suas exigências, e então aprova um decreto de que todos os que não a adorarem serão mortos; e deve-se dar tempo para que todos esses atos entrem em vigor e, no entanto, tudo deve ser realizado no período insignificante de apenas duas semanas e um dia! Alguma visão apresentada foi mais fantasiosa, improvável e irracional? Segue-se então que nada ainda foi feito neste país para impor a adoração da besta tentando obrigar os homens a aceitar suas exigências e guardar o domingo. Então, os atos do Congresso, as decisões dos tribunais e a imposição de multas, prisões e trabalho em grupo, por se recusar a guardar o domingo, nada valem, e as opiniões até então sustentadas sobre esses pontos estão *todas erradas*.

4. É evidente que há um tempo de angústia e anarquia diante de nós, não apenas para a Europa, mas para todo o mundo, mas que exaltará o papado e o fará triunfar, dificilmente é provável. Em vez disso, resultará na derrubada e destruição desse sistema maligno, conforme estabelecido em Apoc. 17:16. Quem viaja pela Europa pode facilmente sentir o pulso das pessoas em relação a questões religiosas.

As massas estão impregnadas de infidelidade. Eles atribuem seus erros e opressão mais ao calvinismo eclesiástico do que à tirania civil; e quando eles abandonarem a restrição, os poderes eclesiásticos com o papado à frente serão o primeiro objeto de sua vingança, em vez de serem considerados o paládio de seus direitos e apelados para reparar seus erros.

Um irmão no ministério, tendo visto com antecedência folhas da visão apresentada neste folheto, escreve que considera alguns pontos de nova luz e que está feliz em ver a luz brilhando ao longo dos antigos caminhos; mas ele diz que quando a luz é nova, e o caminho também é novo, ele teme que possa se tornar um *ignis fatuus* e apenas levar o inquiridor a pântanos perigosos. Ainda há um aspecto pior que pode se apresentar; e é aí que a nova luz torna necessário considerar que aquilo que foi aclamado, acalentado e regozijado como luz no passado era, afinal, apenas escuridão. Se o povo adventista foi, como cremos, um povo chamado pela providência de Deus para uma nova luz e está andando na luz, a nova luz não deve revelar o passado como escuridão e nos obrigar a rasgá-lo e jogar fora as posições que foram mantidas por anos sem questionamento como verdade bem estabelecida, mas deve apenas tornar a evidência mais clara e nossa posição mais forte. Uma boa ilustração disso foi quando a luz do santuário raiou sobre nós em 1844, confirmando o passado e iluminando o futuro. Portanto, o exame no presente caso obriga ao veredicto de que o que é verdadeiro não é novo e o que é novo não é *verdadeiro*.

Onde a dificuldade insuperável em entender Apocalipse 17, que alguns afirmam encontrar, entra, nunca fomos capazes de ver. Vamos dar uma olhada no capítulo e ver se podemos encontrá-lo.

1. A besta cor de escarlate cobre não apenas o tempo do papado, mas Roma desde o seu início.
2. Foi como um poder perseguidor quando Roma era pagã.

As sete cabeças de Apocalipse 12, 13 e 17

3. Posteriormente, pode-se dizer que “não é”, enquanto na transição do paganismo ao papado.
4. Então “subirá do abismo”, ou “ainda é”, quando apareceu novamente, como o papado. Versículo 8.
5. Ele vai para a perdição, exatamente onde o papado finalmente chega, mostrando que o papado é aqui referido.
6. Os homens se perguntam quando veem uma besta que era, então não era, e então será novamente. É esta última aparição em sua longa e sangrenta carreira que causa admiração. Por qual motivo? — O mesmo que causou espanto em João, conforme afirma o versículo 6, ao ver a mulher embriagada com o sangue dos santos. Tanto para a besta nessas duas metamorfoses notáveis.
7. Então João começa com menção particular das sete cabeças. Primeiro, ele os compara às sete montanhas nas quais a mulher está sentada e depois explica que são os sete reis. Mas todos estes pertencem a uma besta, ou grande poder terrestre, e sendo sucessivos, não contemporâneos como os chifres, eles não podem denotar sete reinos distintos e separados, mas devem se referir a sete fases que aparecem no governo da besta. Sete formas diferentes de governo, como vimos, governaram com sucesso o estado romano, e o consenso geral dos comentaristas protestantes aplica essas cabeças a essas formas.
8. Cinco dessas formas já existiam e desapareceram quando João teve sua visão, e ele vivia sob a sexta cabeça, ou imperial. Ele foi banido, sob Domiciano, um dos imperadores de Roma, para Patmos, onde recebeu o Apocalipse.
9. Depois que Roma caiu de seu trono de glória e a forma imperial de governo foi extinta em desgraça, Roma, a sede e representante do antigo império, foi governada por um

lugar-tenente do imperador do Oriente, sob o título de Exarca de Ravena, por cerca de sessenta anos, um “curto espaço”, ou um governo sem importância em comparação com os quinhentos anos de governo imperial que o precederam, ou os mil e duzentos e sessenta anos de governo papal que o seguiriam.

10. Então a besta em sua terceira fase, a forma papal, é chamada de oitava cabeça, mas é das sete, isto é, deve ser contada como uma das sete, e vai para a perdição, assim como é dito de o mesmo poder, sob o símbolo da besta, no versículo 8.
11. Tendo terminado o aviso das cabeças, João vai para os chifres no versículo 12. Estes denotam os mesmos dez reinos que aparecem em todos os símbolos de Roma, exceto no de Daniel 8; ou seja, os dedos dos pés de Dan. 2:41,42, os dez chifres de Dan.7:24, e os dez chifres de Apoc. 12:3 e 13:1. São os dez reinos que surgiram do Império Romano entre os anos 351 e 483 d.C.
12. Esses reinos não haviam surgido nos dias de João e, portanto, é dito deles: “que ainda não receberam reino”; isto é, seu desenvolvimento era então futuro.
13. Eles recebem poder como reis, ou passam a existir como reinos independentes, uma hora, ou na mesma era (Croy), com a besta, o papado, que aqui é novamente chamado, não a oitava cabeça, mas a besta. A palavra “hora” é muitas vezes usado em sentido indefinido, como quando Cristo disse: “Esta é a sua hora e o poder das trevas”. Lucas 22:53; ou como é dito em Apocalipse 3:10: “Eu também te guardarei da hora da tentação que há de vir sobre todo o mundo”. E a palavra “um” geralmente tem o significado de “o mesmo”, como em Lucas 12:52; Romanos 3:30; etc. Isso tudo era verdade a respeito dos dez reinos e do papado.

As sete cabeças de Apocalipse 12, 13 e 17

O último desses reinos foi desenvolvido já em 483 d.C., e apenas quarenta e cinco anos depois, em 538, o papado foi estabelecido. Todos eles pertencem à mesma era profética.

14. Estes deveriam ter uma mente e dar seu poder e força à besta, o papado. Todos esses reinos eram partidários do papado, e por muito tempo o apoiaram em suas pretensões blasfemas e perseguições sangrentas.
15. O profeta então, no versículo 14, olha para o final, quando esses chifres fazem guerra contra o Cordeiro, conforme descrito em Apoc. 19:19.
16. Não há dificuldade com a explicação do símbolo das águas no versículo 15.
17. Nos versículos 16 e 17, é descrita a atitude final desses poderes em relação ao papado. Isso traz sua destruição. Desde o ferimento mortal em 1798, o poder e a influência do papado, como fator político nos assuntos europeus, vêm diminuindo. Em 1870, o último vestígio de seu poder temporal desapareceu. Nunca mais ela pode ter prestígio a esse respeito; e ela vive apenas como um poder espiritual, até que vá para o lago de fogo. A besta de dois chifres é o poder líder no último conflito.
18. Então, no versículo 18, todo o elemento eclesiástico é apresentado sob o símbolo da mulher. Isto naturalmente inclui o papado apresentado anteriormente como “a besta” e a “oitava” cabeça. Mas inclui mais – inclui também o elemento eclesiástico sob o paganismo; mas realizou seu trabalho mais repulsivo e cruel como papado.

Assim, as dificuldades que supostamente existiam na aplicação de Apocalipse 17 revelam-se apenas imaginárias, desaparecendo diante de um simples e harmonioso ajuste dos fatos do caso. Portanto, é lamentável que qualquer um que tenha sofrido com

suas mentes se torne instável e confuso sobre esta importante porção das Escrituras.

NOTA. — Elliott, em seu *Horae Apocalypticæ*, vol. 3, página 102, apresenta um argumento para mostrar que “todas as mutações da besta de sete cabeças, desde seu início até o fim, devem ser confinadas à localidade de sete colinas”; isto é, para Roma. Quanto à aplicação das próprias sete cabeças, ele diz ainda na página 106: “Na explicação, então, das primeiras seis cabeças, adoto, com a mais completa satisfação, a interpretação protestante geralmente recebida, que, seguindo a rebaixamento da autoridade declarações de Tito Lívio e Tácito (este último grande historiador, contemporâneo de João), enumera reis, cônsules, ditadores, decênviros e tribunos militares, e os cinco primeiros chefes constitucionais da cidade e comunidade romana; depois, como o sexto, o chefe imperial, começando com Otaviano, mais conhecido como Augusto César. Ele então se refere à visão de Mede e do Bispo Newton, de que a sétima cabeça era o ducado de Roma, sob o Exarcado de Ravena, cerca de sessenta anos. Página 110. Além disso, nas páginas 119-121, ele apresenta evidências para mostrar que o papado é a última, ou oitava, cabeça. A única mudança nesta enumeração, como se notará, é que os “tribunos militares” são colocados no lugar dos triúnviros. Mas ele cita na página 106, outras autoridades proeminentes e respeitáveis, que dão os triúnviros como uma das cabeças. Uma nota de rodapé nas palavras “interpretação protestante geralmente recebida”, página 106, conforme citado acima, apresenta estes fatos: “Daubuz, página 514, atribui sua descoberta ao rei James. Mas acho que foi notado no antigo comentarista protestante, Pareus, página 422, como a solução de Aretius, Napier e Brightman; cada um dos quais provavelmente – alguns deles certamente – precedeu o rei James. De fato, encontro quase o mesmo no comentarista ainda anterior, Osiander, . . . que publicou 1544 d.C. Ele dá as sete cabeças: (1) Reis; (2) Cônsules; (3)

Decenvirs; (4) Ditadores; (5) Triúnviros; (6) Césares (isto é, imperadores); (7) Césares externos [sob o qual caberia o Exarcado de Ravena]; (8) os papas.”

Novamente ele cita uma obra de Fulco sobre o Apocalipse, Londres, 1573, que, escrevendo em latim, dá o nome latino das sete cabeças, como segue: “Reges, Consules, Decemviri, Triumviri, Dectatores, Caesares, Pontifex” (o Papa). Este escritor, como se verá, abandona a pequena cabeça para seguir a imperial e chama o último de sétimo, que é o papado. Assim, a visão defendida neste artigo permanece como “a visão protestante geralmente aceita”, e sete autores são especificados, que a defenderam em suas obras publicadas. Estes certamente fornecem um grau de autoridade e erudição, em nome do que também pode ser chamado de ponto de vista adventista, que é pelo menos merecedor de consideração respeitosa e do qual, como nos esforçamos para mostrar, não há ocasião para discordar.

O fato de que dois dos que escreveram sobre os novos pontos de vista não concordam em suas exposições é evidência de que o Senhor não está conduzindo este assunto para levar a igreja a um lugar maior de luz e verdade: pois neste caso a evidência seria tal que apareceria na mesma luz e se recomendaria à generalidade dos estudantes sinceros desta profecia. Se for dito, como objeção ao antigo ponto de vista, que nem todos concordam nisso, visto que alguns sugerem tribunos militares no lugar de triúnviros, a resposta é que isso não faz uma diferença tão material, pois todos aceitam como inquestionável o fato de que todas as cabeças do dragão devem representar alguma característica daquele governo que o dragão simboliza, que, de acordo com o Espírito de profecia, é Roma; e, portanto, eles não ignoram o princípio fundamental de que não podemos sair de Roma por nenhuma das cabeças. Aderindo a este princípio auto evidente, ninguém pode se desviar muito em sua

Urias Smith

aplicação dessas características do grande dragão vermelho e das mesmas sete cabeças das bestas de Apocalipse 13 e 17.



URIAS SMITH. 1896.

Traduzido via Google tradutor diretamente de:

https://sdapillars.org/media/download_gallery/TheSevenHeads.pdf

Para consultar outros escritos deste e de outros pioneiros adventistas, acessar o link: <https://sdapillars.org/>

“Quando o homem vier mover um alfinete do nosso fundamento o qual Deus estabeleceu pelo Seu Santo Espírito, deixem os homens de idade que foram os pioneiros no nosso trabalho falar abertamente, e os que estiverem mortos falem também, reimprimindo os seus artigos das nossas revistas. Juntemos os raios da divina luz que Deus tem dado, e como Ele guiou seu povo, passo a passo no caminho da verdade. **Esta verdade permanecerá** pelo teste do tempo e da experiência.” Ellen G. White, 24 de maio de 1905 – Manuscript Release, vol. 1, p.55.

Traduzido, revisado, editado e diagramado por:
Roberto Matheus da Costa
Em 07/01/2023

<https://www.adventistas-historicos.com/>
<https://caminhoestreito.com/>

